

# **Plantando nas ruínas: práticas de ressurgência mobilizadas pelo coletivo Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana na periferia de São Paulo (Zona Leste) <sup>1</sup>**

Júlia Kaori Miai Tomimura (USP)

José Miguel Nieto Olivar (USP)

Palavras-chave: agricultura urbana, ressurgência, cuidado.

## **INTRODUÇÃO**

A cidade de São Paulo é a capital do estado de mesmo nome localizada na região sudeste do Brasil que, segundo o Censo 2022, possui uma população de quase 12 milhões de habitantes em uma área de mais de 1.500 km<sup>2</sup>, revelando alta densidade demográfica de mais de 7.500 habitantes por metro quadrado. Trata-se do maior centro urbano do Brasil e, historicamente, um polo de concentração de poder que estabelece dinâmicas econômicas e políticas no país que se iniciou com um acelerado processo de urbanização. Uma cidade que se mostra cada vez mais insustentável em termos ecológicos como também em termos sociais, que vai tomando uma trajetória de colapso socioambiental especialmente nos grupos mais pobres e historicamente alvos de violência sistêmica do colono-capitalismo (SILVA-FULNIÔ, 2020), como os agrupamentos periféricos pobres, favelas, em pessoas negras, indígenas, migrantes, sendo constantemente alvos de disputas territoriais diretamente atravessadas por marcadores de raça, classe e gênero (JESUS, 2020; OLIVEIRA & FREITAS, 2020; INSTITUTO PÓLIS, 2022).

Historicamente, as populações pobres, despossuídas e pertencentes a minorias étnico-raciais têm sido alocadas próximas a instalações de esgoto e lixo e expostas a condições inadequadas de saneamento em virtude de políticas ambientais discriminatórias. Merece destaque o caráter racial desse processo, na medida em que alguns grupos estão mais sujeitos do que outros, revelando que “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (Acsehrad, 2004, p. 31), como denuncia a concepção do racismo ambiental (JESUS, 2020, p. 5-6).

No meio deste cenário brotam coletivos por toda a cidade que mobilizam práticas que chamo aqui de *cuidado socioambiental*, inspirada na luta socioambiental brasileira impulsionada na década de 1970 pela Aliança dos Povos da Floresta (Acre), marcada pela emblemática figura de Chico Mendes [*em memória*] (SOUSA & RIBERO, 2022), bem como no trabalho de María Puig de la Bellacasa (2023; 2017) no qual ela busca

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

expandir o pensamento sobre o cuidado, deslocando a investigação de seus significados para um terreno em sua maioria desconhecido: os significados do cuidado para saber e pensar com mundos mais que humanos na tecnociência e nas *naturezas culturas* (PUIG DE LA BELLACASA; 2023, p. 118).

Podemos notar um expressivo aumento no número de coletivos localizados nas periferias que vêm relacionando agroecologia, saúde e cultura fortemente com questões de crises ambientais em escala planetária no seu contexto cotidiano, muitas vezes dialogando com lutas sociais<sup>2</sup>. Cada qual com suas similitudes e em muitas situações com redes de atuação conjunta, mas com traços de identidade muito próprios, o que pode ser visto como uma característica do território e das histórias, culturas e muitos ensejos que os compõem.

Na zona leste da cidade, Biazoti et al. (2021) identificaram, a partir do Censo Agropecuário de 2017, 99 estabelecimentos que trabalham com agricultura e/ou pecuária:

Nessa região, é possível distinguir agricultores que cultivam em terrenos ociosos, em terrenos com linhas de transmissão de energia ou terrenos sobre adutoras de água e esgoto. A área produtiva total desse grupo tem destaque para a fruticultura (perene) e a produção de hortaliças (temporária) com comercialização direta ao consumidor final (BIAZOTI et al., 2021, p. 198).

Alguns deles já foram mapeados e estudados em trabalhos anteriores (CARVALHO, 2021; CURAN, 2020; CAMACHO, 2020; ALVES, 2022; JUSTO, 2020). Destes, certos coletivos, famílias e cooperativas de agricultoras(es) organizam-se através da Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL). A organização surge das mobilizações locais aliadas a políticas da subprefeitura de São Mateus, inicialmente impulsionada pela discussão do Plano Diretor Municipal em 2002, quando a equipe encarregada da região participou de encontros com moradores a fim de compreender o território e suas demandas, ao que se surpreendeu ao descobrir “dezenas de agricultores que plantavam embaixo de fios de alta-tensão, chácaras e beiras de córrego” (AAZL, 2024).

Um dos coletivos que compõem a AAZL é a associação *Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana*, conhecido como *Mulheres do GAU*, atualmente composto por 7 mulheres em maioria de origem nordestina. Situado no bairro União de Vila Nova, próximo ao conhecido bairro São Miguel Paulista, os dois terrenos ocupados pelo coletivo eram usados para descarte de entulhos e materiais de construção. Durante a urbanização da favela União de Vila Nova, um deles foi cedido pela CDHU (Companhia de

---

<sup>22</sup> Podem ser mapeados em <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/muda-sp-e-a-rede-metropolitana-de-agroecologia>. Acesso em 20/01/2024.

Desenvolvimento Habitacional e Urbano) através de demanda da comunidade em 2014 e o outro em 2021. Com o passar dos anos, através de muita luta e trabalho, as mulheres foram cuidando do local e realizando todo o manejo de recuperação do solo para transformar os terrenos em grandes hortas agroecológicas, ou seja, onde não são usados agrotóxicos, transgênicos ou fertilizantes industriais. Todo o plantio é orgânico e visa uma interação harmônica com a biota local, sendo atualmente reconhecido pelo selo Sampa+rural<sup>3</sup>, que busca mapear iniciativas sustentáveis envolvendo agricultura, turismo e alimentação saudável no município.

Além do cultivo, elas também vendem os alimentos para a comunidade, para escolas e ONGs da região, oferecem *coffee breaks* e oficinas de educação ambiental, manejo do solo e aproveitamento total dos alimentos, com grande foco em PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais), dentre outras técnicas de permacultura, como saneamento de águas cinzas, captação de água da chuva. Rigote, Bueno e Akerman (2023) detalham a atuação do grupo quanto ao preparo de alimentos:

Objetivando fazer do Viveiro também um lugar de geração de renda, as Mulheres do GAU tiveram a iniciativa de produzir comidas para cafês e almoços, utilizando ingredientes colhidos no próprio local. Dessa maneira, iniciaram uma nova atividade: além dos cuidados da horta, passaram a ter o ato de cozinhar como parte de suas ações. Elas têm como proposta levar, por meio de suas preparações, saúde, cuidado e um pouco de suas histórias para as pessoas.

[...]

As mulheres da cozinha utilizam os produtos da horta para preparar receitas diversas, como pães, sucos e geleias, os quais são posteriormente comercializados na própria comunidade, em feiras, eventos ou sob encomenda. Além da venda desses produtos, elas também oferecem, como serviço, almoços no Viveiro e a realização de *coffee breaks* em eventos. Durante a pandemia, o grupo da cozinha iniciou a comercialização de marmitas, que eram compradas por organizações não governamentais do entorno e distribuídas para pessoas em situação de vulnerabilidade social (RIGOTE et al., 2023).

Vale dizer que este trabalho faz parte de minha pesquisa de mestrado que está contemplada dentro do projeto *Cosmopolíticas do cuidado no fim-do-mundo: gênero, fronteiras e agenciamentos pluriépistemológicos com a Saúde Pública*<sup>4</sup> (OLIVAR et al., 2022), especificamente da Parcela 4 denominada “Taioba, arepa e caxirí: terra, comida e as mulheres no fim-do-mundo”, que tem como objetivo investigar relações entre agentes

---

<sup>3</sup> Iniciativa coordenada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo. Ver <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 10/06/2024.

<sup>4</sup> Do auxílio Jovem Pesquisador Fase 2 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número do processo 2021/06897-9.

e redes mais que humanas, destruição e composição de mundos a partir destes, processos migratórios, coloniais e de urbanização, bem como cuidado, segurança alimentar e nutricional, fome e agricultura familiar em relação ao Antropoceno.

Assim, como parte do caminho para pensar tais questões, pretendo apresentar algumas primeiras reflexões vindas do trabalho de campo, focando nos saberes e práticas mobilizados pelo coletivo Mulheres do GAU na produção de alimentos e educação ambiental enquanto *cuidado* para cultivar habitabilidade na cidade de São Paulo.

## **METODOLOGIA**

A teoria etnográfica (INGOLD, 2016) abre caminho para conectar conhecimentos plurais e pluriversais, recusando as soluções “óbvias”, “eficazes” e “produtivas” que vêm de cima. Afinal, “as pessoas que dependem da solução de problemas que estão ameaçando suas vidas e sustento têm consciência aguçada de como os princípios gerais se materializam em seus ‘quintais’” (GIATTI et al., 2021, p. 229).

Assim, esta pesquisa ancora-se em busca bibliográfica e trabalho de campo de base etnográfica em andamento desde março de 2024, realizando registros em diários de campo escritos e gravados. O intuito têm sido acompanhar o cotidiano do coletivo, ouvir as histórias das agricultoras, aprender e trabalhar junto, considerando a relevância da escuta e da observação, bem como das relações e práticas, indo numa frequência de duas vezes por semana nos espaços de trabalho das Mulheres do GAU: o Viveiro-Escola União de Vila Nova e o Polo de Educação Ambiental, ambos localizados no bairro União de Vila Nova, zona leste da cidade de São Paulo.

Além disso, busquei prestar atenção a outros seres que habitam a horta, tomando o pensamento-prática de Anna Tsing (2019, p. 115) sobre apreciar as paisagens como “ferramentas analíticas. Precisamos dar vida às paisagens e torná-las protagonistas de nossas histórias”. Ela atenta sobre a potencialidade de integrar conhecimentos de mundos diversos:

Conhecer outros organismos, no entanto, é um novo desafio para antropologia. Mas temos o que é preciso: sabemos como aprender sobre os processos sociais e sobre os lugares e aqueles que vivem neles (Tsing, 2013). Precisamos apenas expandir nosso repertório de “pessoas” para incluir outros seres vivos. Podemos aprender sobre eles usando todas as nossas habilidades: não há razão para não combinar o que aprendemos da observação, cosmologia indígena, relatórios e experimentos científicos, mobilizações políticas e histórias escritas e não escritas. Cada uma de nossas fontes deve ser avaliada, é claro, em relação a seus métodos para conhecer e “fazer” o mundo. Mas não há

razão, eu argumento, para jogar fora qualquer um desses princípios, mesmo que eles não se encaixem perfeitamente (TSING, 2019, p. 239).

Desta forma, devido ao curto período de sistematização dos dados colhidos, reúno aqui apenas algumas reflexões de campo em andamento com o coletivo Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana<sup>0</sup>.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

### **Recuperação e ressurgência: o trabalho das Mulheres do GAU**

As Mulheres do GAU cultivam alimentos, vendem para a comunidade, escolas e ONGs, realizam feiras, *coffee breaks* e oficinas de educação ambiental. Atualmente elas têm uma parceria com o CREN (Centro de Recuperação e Educação Nutricional) Vila Jacuí Padre Ticão e fornecem semanalmente 25 cestas de alimentos orgânicos para famílias do território. O trabalho na horta é fundamental para a manutenção do cotidiano delas e de seus familiares, além de fortalecer a rede mais-que-humana local, sendo apenas possível por meio da mobilização das próprias integrantes, moradoras do bairro União de Vila Nova desde fins da década de 1980 quando migraram de regiões do Nordeste para São Paulo. As hortas agroecológicas surgiram a partir de reivindicação delas por alimentação saudável acessível, tanto pelo preço como pela localidade, uma vez que alimentos frescos, orgânicos e de qualidade nutricional encontravam-se muito distantes, em bairros centrais e ricos, num preço fora da realidade de classe de suas famílias.

No início, enquanto aterros de material de construção dos prédios da CDHU, foram necessárias muitas vindas de caminhões para retirar o entulho, limpezas feitas pelas moradoras e manejo de recuperação do solo que se encontrava degradado, na época sem condições para plantio. Após cerca de 4 anos, com apoio institucional, consultorias de permacultura e muito trabalho das mulheres<sup>5</sup>, a terra finalmente pôde começar/voltar a produzir.

Sobre *recuperação*, Puig de la Bellacasa (2023, p. 117) argumenta que ela “requer o reconhecimento dos venenos próprios dos territórios que habitamos, no lugar de esperar encontrar uma alternativa externa, intocada por problemas, um equilíbrio final – ou mesmo uma crítica definitiva”. Krenak propõe a *florestania* como uma reconfiguração de horizontes sociais-ambientais desde a floresta, mas não limitados à ela - ele traz justamente para onde mais precisa-se dela, onde mais a destruiu e a afastou: a cidade.

---

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre o início da ocupação na horta, ver Carvalho (2021).

Temos que reflorestar o nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida, em vez de ficarmos repetindo os gregos e os romanos. Vamos erguer um bosque, jardins suspensos de urbanidade, onde possa existir um pouco mais de desejo, alegria, vida e prazer, ao invés de lajotas tapando córregos e ribeirões. Afinal, a vida é selvagem e também eclode nas cidades (KRENAK, 2022, p. 37).

Para Tsing (2019), essa vida selvagem poderia existir através das *paisagens*: “Precisamos de paisagens, práticas especializadas de habitabilidade [...] Minhas paisagens são uma reunião multiespécie, práticas das possibilidades de convivência” (p. 94), sendo fundamentais para a ressurgência: “o trabalho de muitos organismos que, negociando através das diferenças, forjam assembleias de habitabilidade multiespécies em meio às perturbações” (p. 226).

As Mulheres do GAU, ao reconfigurar os terrenos onde antes eram lixões - apenas ruínas e colapso - abriram possibilidade de uma paisagem multiespécie, moldando a (re)organização de organismos-relações. Isso favorece as dinâmicas que sustentam a manutenção da vida para que proliferem em sua capacidade para ressurgir em conjunto, abrindo espaço para uma habitabilidade coletiva que não vai na fantasia *branca* de locais inóspitos de existência humana, mas muito mais de encontro com a *diversidade contaminada*:

Diversidade contaminada é adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana. Emerge com os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária - assim como do devir criativo. Nem sempre é bonita, mas é quem somos e o que temos disponível como parceria para uma terra habitável (TSING, 2023, p. 23).

Muitas situações atuais e ao longo da história nos mostram como a diversidade biocultural e diversidade contaminada atuam ou podem atuar, como os exemplos levantados por Tsing (2019) da atuação camponesa (*satoyama*) no Japão e do estímulo à biodiversidade na floresta de Kalimantan feita pelos Meratus Dayaks, tal qual no manejo da terra preta pelos povos indígenas amazônicos, há mais de 2.500 anos<sup>6</sup>. As “perturbações lentas” dos humanos podem ser benéficas, mirando em um equilíbrio simbiótico vivo, dinâmico. Isso é o que o movimento agroecológico vem lutando para recuperar e visibilizar, uma aliança e uma continuidade no que antes era cisão Humanidade/Natureza sob a ótica moderna ocidental.

Tsing (2019, p. 227) aponta que “a agricultura é impossível sem a ressurgência multiespécie” e a agroecologia, vertente e movimento que o coletivo compõe, leva isso

---

<sup>6</sup> Ver Silva; Wright et al. (2021) e <https://jornal.usp.br/ciencias/adubo-pre-historico-foi-planejado-por-indigenas-da-amazonia-no-passado/>. Acesso em 25/01/2024.

em seu cerne. Miguel Altieri, engenheiro-agrônomo e professor de agroecologia, explica nas seguintes palavras:

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades [...].

Na agroecologia, a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (Altieri, Anderson e Merrick, 1987). Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais (ALTIERI, 2004, p. 23-24).

Apesar dos saberes advirem de povos originários, visto que sua essência encontra-se na prática ancestral de manejo da terra e relações com seus ciclos, a agroecologia enquanto termo aparece na década de 1930 como um modo de agricultura ecológica e sustentável, alternativa às *plantations*, e toma força entre 1970 e 1980 como movimento ambientalista, logo após irrompimento da “Revolução Verde” e da intensificação dos danos deste modelo de monocultura colonial que vão tomando proporções ainda mais absurdas, então potencializados pelo “pacote do veneno”: agrotóxicos, fertilizantes industriais e dietas hormonais à animais criados para pecuária (MOTTER e ARAUJO JUNIOR, 2020).

As integrantes do coletivo Mulheres do GAU abriram caminho para a ressurgência multiespécie ao se debruçarem na recuperação do solo. E isto apenas foi possível com alianças entre as consultorias de permacultura e, principalmente, com o esforço das mulheres em resgatar os saberes advindos das roças de suas famílias nordestinas. Algumas mulheres não compõem mais o grupo, outras entraram, mas a maioria, desde o início da formação do coletivo, já trabalhara em roça e tinha conhecimento sobre cultivo da época em que a família morava em regiões do Nordeste rural, principalmente para os lados de Bahia e Pernambuco.

### **Ecologias decoloniais e cuidado: sobre PANC, teiú e bananeiras**

Em minha primeira conversa com Vilma, mulher negra pernambucana e liderança do coletivo, eu lhe contava sobre meu anseio em estudar a questão ambiental interseccionando raça e gênero em minha pesquisa. Conectando o território periférico e o início da ocupação na horta, ela fez a potente indagação: “e nós? Nós também não somos natureza?”, criticando a falta de apoio e reconhecimento pelo trabalho que realizam, frase

que ressaltou a infelizmente comum e pretenciosa separação entre “natureza” e “humanidade” realizada dentro de discussões ditas ecológicas que negligenciam comunidades humanas pobres, racializadas, periféricas, colocando-as inclusive como uma ameaça para a preservação de ecossistemas naturais (FERDINAND, 2022; TSING, 2019; DE LA CADENA, 2019).

As populações tradicionais foram forçadas pela branca mentalidade colonial do progresso a lidarem com a incongruência do jogo entre tirar separação de humano e natureza, mas também não cair na imagem fantasiosa e pejorativa do “selvagem”, “folclórico”, “rural” enquanto condição de ignorância e atraso, que brutalmente busca naturalizar situações de iniquidade e violência (DE LA CADENA, 2019; KRENAK, 2019). O engenheiro ambiental e filósofo político martinicano Malcom Ferdinand (2022) identifica como problema central da crise ecológica a separação dos processos coloniais das problemáticas ambientais, chamando de “dupla fratura da modernidade”:

Eis a dupla fratura. Ou se coloca em questão a fratura ambiental desde que se mantenha o silêncio da fratura colonial da modernidade, de suas escravidões misóginas e de seus racismos, ou se desconstrói a fratura colonial sob a condição de abandonar as questões ecológicas. Entretanto, ao deixar de lado a questão colonial, os ecologistas negligenciam o fato de que *as colonizações históricas, bem como o racismo estrutural contemporâneo, estão no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra* (FERDINAND, 2022, p. 31, grifos meus).

Enquanto a fratura colonial é sustentada por ideologias racistas da modernidade ocidental, de escravização, dominação e enriquecimento por parte das elites, a fratura ambiental

decorre desta “grande partilha” da modernidade, a oposição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca “o Homem” acima da natureza. Ela se revela por meio das modernizações técnicas, científicas e econômicas de domínio da natureza, cujos efeitos são mensurados pela dimensão da poluição da Terra, da perda de biodiversidade, das alterações climáticas e à luz das desigualdades de gênero, das misérias sociais e das vidas descartáveis geradas. O conceito de “Antropoceno”, popularizado por Paul Crutzen, Prêmio Nobel de Química em 1995, atesta as consequências dessa dualidade. O termo designa a nova era geológica que sucede o Holoceno, na qual as atividades dos humanos se tornam uma força maior que afeta de forma duradoura os ecossistemas da Terra. Por outro lado, tal fratura abrange também uma homogeneização horizontal e esconde as hierarquizações internas de ambas as partes. De uma parte, os termos “planeta”, “natureza” ou “meio ambiente” escondem a diversidade de ecossistemas, dos lugares geográficos e dos não humanos que os constituem. As imagens de florestas luxuriantes, montanhas nevadas e reservas naturais mascaram as imagens das naturezas urbanas, das favelas e das plantações (FERDINAND, 2022, p. 24).



É notável que na antropologia estas discussões estejam em ebulição, contudo, o campo da saúde ainda carece das mesmas. Victor de Jesus (2020) levanta o ponto quanto à escassez de estudos sobre estes conceitos na área da saúde, no qual “a variável racial e a discussão sobre racismo e desigualdades raciais no campo da epidemiologia e da saúde pública, bem como o diálogo com a interface ambiental, seguem negligenciadas nas agendas hegemônicas de pesquisa das ciências sociais em saúde” (JESUS, 2020, p. 3).

Uma das críticas às abordagens sobre meio ambiente é pelo discurso do preservacionismo, que reside ainda na separação dicotômica de Humanidade *versus* Natureza, sob um viés conservacionista centrado no “humano” - historicamente, na prática, no modelo homem branco heterossexual europeu (FERDINAND, 2022; KRENAK, 2019). São comuns abordagens sobre florestas preservadas que nem mencionam ocupação humana. Tsing (2019) contra-argumenta esta oposição “natureza e ecossistemas” *versus* “humanos e cidades” introduzindo a ideia de “perturbação lenta”, referindo-se aos:

ecossistemas antropogênicos nos quais outras espécies podem viver. Paisagens de perturbação lenta são aquelas que nutrem colaborações interespecíficas. Não são intocadas pela presença dos humanos, o supremo invasor “daninho”. No entanto, sua biodiversidade é comparativamente elevada. [...] lentidão é um sonho a encorajar, mais do que um traço a objetificar (TSING, 2019, p. 24).

Estas florestas não são “intocadas”, como pontua Wellington Cançado (2017):

Não é à toa, portanto, que o mito da natureza intocada pelo homem seja uma invenção do século XVIII para justificar e enobrecer o empreendimento colonial e escravocrata nas Américas. Mito que confortavelmente se desenvolveria em paralelo ao colapso de mais de 90% da população ameríndia causado pelo extermínio em massa ao longo de 1492 e 1750, e que deixaria grandes extensões de floresta no continente desprovidas de habitantes (CANÇADO, 2017).

Como contrapartida à tal narrativa colonialista, Tsing exalta o termo *diversidade biocultural* que influi em considerar a presença humana simbiótica:

As coisas ficam confusas quando conservacionistas identificam esse conjunto de espécies como florestas tropicais “intocadas”; eles não deveriam banir as pessoas da história. A dádiva do termo diversidade biocultural é tornar isto evidente [...].

Diversidade biocultural tem sido geralmente usada como um termo para reconhecer práticas ecológicas tradicionais. Tradição é apenas um exemplo, argumento, de diversidade contaminada que possibilita perturbação lenta (TSING, 2019, p. 24).

No caso das Mulheres do GAU, elas e suas famílias passaram por um processo de apagamento de suas trajetórias ancestrais, que remonta raízes negras, quilombolas, indígenas, como também a cultura popular europeia, mantidas vivas o máximo possível através da memória oral, especialmente materializada nas práticas e na maneira de conceber o trabalho do coletivo, nessa “tradição” que levanta Anna Tsing (TSING, 2019; REGO, 2018).

No início do ano de 2024, um enorme teiú foi jogado no Viveiro anonimamente. Vizinhos da frente que trabalham com lavagem de carros relataram ter visto uma pessoa jogar uma caixa de papelão que parecia conter “um cachorro ou um gato”. As mulheres ficaram se perguntando o motivo de terem deixado o animal lá. O local poderia ser visto como um resgate da “natureza” no meio urbano que justamente a nega? Num primeiro momento elas ficaram receosas do teiú morder as crianças que vão à horta nas oficinas de educação ambiental. Mas, com o passar de semanas, elas perceberam que ele era muito dócil e suspeitaram que ele era criado como um animal de estimação. Ele, contudo, cresceu muito para viver em uma residência e deve ter sido por este motivo que o lá deixaram.

De fato, ele devia ser feliz no Viveiro. Um pé de couve específico parecia ser o preferido dele, que amanhecia com marcas da mordida do animal. A vontade inicial de capturá-lo e retirá-lo enquanto possível ameaça deu lugar à uma relação de cumplicidade. Seus rastros eram acompanhados com tranquilidade pelo grupo (pela maioria ao menos, algumas não o queriam ver de jeito nenhum), as muitas pessoas que chegavam no local se entusiasmavam em saber do novo morador e arriscavam-se em encontrá-lo. Porém, após três meses de sua primeira aparição, o animal não deixou mais rastros, ficando também a dúvida sobre seu paradeiro: alguém poderia tê-lo pego ou ele simplesmente partira.

A relação delas com as PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) são outro exemplo de como a diversidade biocultural acontece na prática do coletivo e como faz parte das trajetórias de vida delas. Vilma conta em uma roda de conversa<sup>7</sup> que, no início do trabalho na horta, um colega sugeriu que elas trouxessem as PANC para plantio na horta e para elaboração de pratos culinários. Ela ficou curiosa para saber o que eram e então foi até um curso na região centro-sul de São Paulo para aprender sobre. Ao lá

---

<sup>7</sup> Roda de conversa realizada no SESC Santana em 10/03/2024.

chegar, viu várias plantas sobre a mesa e questionou a ministrante do curso onde estavam as tais das PANC. A moça respondeu que eram aquelas dispostas na mesa mesmo. Vilma riu com a feliz familiaridade: “Isso aqui a gente já comia no Nordeste!”.

Taioba, capuchinha, ora-pro-nóbis, cosmos, limonete, peixinho, tansagem, malvavisco, mentruz, cana-do-brejo são algumas das PANC cultivadas nos terrenos das Mulheres do GAU. Elas afirmam que as PANC são resistentes, mais que um pé de alface, por exemplo, por suportarem bem calor e chuvas fortes, sendo ainda mais preciosas em tempos de crise climática. Quando escutei isso, associei com elas: mulheres diversas, resilientes, enfrentando racismo, machismo, iniquidade social, lidando com mudanças climáticas causadas pelo capitalismo, sistema devastador que só gera ruínas, doenças, pobreza. Não somente lidando, mas materializando possibilidades de vida, de ressurgência, de redes comunitárias e ecológicas fortemente ligadas com o social a partir de sabedorias ancestrais de “gente que fica agarrada na terra” (KRENAK, 2019, p. 11), como povos negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, ciganos.

Joelma, coordenadora do Polo de Educação Ambiental, mulher baiana, nascida e criada na roça de sua avó, disse na mesma roda de conversa: “se a gente sempre pensar no que é melhor para Mãe Terra, a gente vai tá pensando no melhor pra gente”. Terra é entendida, sentida e vivida não como propriedade privada tal como pretende a modernidade capitalista, mas como ser vivo, corpo vivo, que também é seus/suas habitantes e vice-versa. Trata-se de uma relação comunitária de *cuidado* que engloba tanto humanos como seres não-humanos ou outros-que-humanos (DE LA CADENA, 2019; PUIG DE LA BELLACASA, 2023; 2017; KRENAK, 2019; 2022).

Esse cuidado aparece na delicadeza das mãos ao pegar uma pequena mudinha para plantá-la num pequeno buraco feito no canteiro como também nos calos destas mesmas mãos para fazer este mesmo canteiro, que exige grande esforço dos corpos das agricultoras ao trabalhar com enxadas pesadas, costas encurvadas e movimentos ritmados e repetitivos. Embora brinquem que não precisam de musculação, “essa é minha academia”, o trabalho braçal todos os dias é rigoroso e as dores que ficam precisam ser muitas vezes ignoradas, afinal “quem vai pagar as minhas contas, as coisas dos meus filhos, a mistura?”. Dentre muitos diagnósticos de saúde, adoecimentos, epidemia de dengue que acometeu quase todas as integrantes, elas afirmam que o trabalho é árduo mas prazeroso, que dá uma satisfação imensa em ver a situação atual e como era quando

chegaram, sabendo que os terrenos são como são hoje graças ao trabalho de suas próprias mãos.

Este cuidado demanda um olhar sempre atento aos canteiros, uma gestão dos espaços de plantio: onde há mais sol, mais sombra, qual pode ser cultivada perto de qual; bem como dos tempos das plantas cultivadas: quando é o momento propício para poda, para colheita. Saber ler o céu e os ventos, o solo, as formigas e fungos. Quando interferir e quando não. Num dia em que estávamos capinando uma grande área lateral do terreno para abrir canteiros, Vizinha me deu uma valiosa lição sobre isso. Com seus quase 72 anos de idade, a baiana está desde o início do coletivo e é a mais velha das integrantes. Ela é conhecida por seus abraços calorosos, bom humor e admirável disposição, sendo assim chamada há muitos anos por justamente chamar carinhosamente a todos de “vizinho” e “vizinha”, pois, para ela, se nós nos tratássemos como parte de uma mesma vizinhança o mundo seria melhor, mais amigável.

Naquele dia de sol quente, Vizinha se apoiou na enxada e ficou observando aquela parte do Viveiro que capinávamos perto de outras integrantes do grupo. Havia uma bananeira à nossa frente com uma grande folha seca que pendia dela e, enquanto todas paravam para um breve descanso e água fresca, perguntaram se seria melhor arrancá-la. Eu, que estava mais próxima, me voluntariei e estendi os braços para tentar tirá-la, puxando umas duas vezes e timidamente recorrendo ao facão, apenas encostando-o, na esperança de que a folha já se soltasse. Não tive sucesso: a parte que a conectava com o tronco estava verde e firme ainda e o esforço despretensioso que fiz não seria suficiente. O que na verdade foi bom, pois Vizinha me repreendeu num tom doce e assertivo: “não mexe nela não, vizinha. Ela tá parindo” e apontou para mais acima da folha seca, quase no topo, onde um pequeno cacho de bananas crescia. Na hora recuei e me senti ridiculamente desrespeitosa. “A bananeira é igual nós quando estamos parindo: precisa deixar quieta”, ela completou. A suavidade desta cena me marcou a pensar nas sabedorias de cuidado que elas carregam consigo, também levando-me a conectar com o que Anna Tsing fala sobre tradição e diversidade biocultural.

Recorrendo à outra pesquisadora feminista que aloca seus estudos no cuidado, María Puig de la Bellacasa (2017; 2023) direciona-se para uma noção dele buscando sair de uma lógica antropocêntrica, expandindo a mundos mais-que-humanos. Ela dedica-se a mergulhar em uma ética ecológica a partir do movimento de permacultura e das relações humano-solo, concebendo-os como engajamentos pessoais e coletivos que são

materializados em trabalho cotidiano, onde não são apenas seres humanos que cuidam e têm agência, abrindo espaço para pensar uma composição de forças:

a reciprocidade de cuidado raramente é bilateral, a rede viva de cuidado não é mantida por indivíduos que dão e recebem de volta, mas por uma força disseminada coletivamente. Assim concebida, a complexidade da circulação do cuidado parece ainda mais onipresente quando pensamos em como ela é sustentada em mundos mais que humanos. O cuidado é uma força distribuída por uma multiplicidade de agências e materiais e apoia nossos mundos como uma densa malha de obrigações relacionais (PUIG DE LA BELLACASA, 2023, p. 124).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (Finais? Iniciais!)**

As Mulheres do GAU recuperaram não somente o solo dos terrenos que hoje trabalham, mas abriram espaço para uma ressurgência multiespécie, também integrando a paisagem e instigando discussões, imaginários e arranjos políticos em prol da saúde da população periférica, mas não só. Desafiando o sistema de devastação, elas plantam comida orgânica nas ruínas da cidade mais urbanizada do país: uma ação comunitária de resistência e criatividade que torna o cotidiano habitável, a cidade “respirável” e o território “comestível” (YAGUE, 2014) diante da atual catástrofe humanitária e ambiental.

O que apresento aqui são inícios, possibilidades de começar a pensar com elas, a vivenciar, construir e cultivar junto a elas. Existem muitos desafios não elencados neste trabalho que as mulheres enfrentam cotidianamente: dificuldade de acesso à água limpa para rega dos canteiros, à serviços de saúde, enfrentamento ao machismo, racismo e iniquidade socioeconômica, falta de direitos e de políticas públicas que abarquem as reais necessidades das agricultoras, que reconheçam seu trabalho e forneçam dignidade às suas existências.

O trabalho delas, por mais difícil que seja, traz sentido e horizontes (verdejantes) num momento de tão aguda crise ambiental-humana, em que podemos não apenas vislumbrar como também vivenciar no presente possibilidades reais de diversidade biocultural, de assembleias multiespécies, simbióticas, de perturbação lenta, cuja matéria-prima, o solo primordial, é a tradição atrelada à prática coletiva. A sabedoria que trazem de suas linhagens familiares e das terras de onde nasceram e cresceram vai se enraizando nos terrenos das hortas, florescendo, frutificando e se espalhando para muito além do território do bairro União de Vila Nova. E que assim continue, inspirando a pensar-fazer políticas, pesquisas, projetos e espaços comunitários que lutem por justiça ambiental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAZL - Associação de Agricultores da Zona Leste. AAZL, 2024. Disponível em: <https://agricultoreszonaleste.org.br>. Acesso em 05 jul 2023.

Agroecologia em Rede. MUDA-SP e a Rede Metropolitana de Agroecologia. Agroecologia em rede, 25/11/2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/muda-sp-e-a-rede-metropolitana-de-agroecologia/>. Acesso em 20 jan 2024.

Alves, Henrique. O cotidiano na agricultura urbana: uma análise da implementação do programa Hortas e Viveiros da Comunidade em São Paulo. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora Larissa Bombardi. São Paulo, 2022. 216 p.

Biazoti, André Ruoppolo et al. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. Estudos Avançados [online]. 2021, v. 35, n. 101 [Acessado 14 Julho 2024], pp. 189-208. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>>. Epub 19 Abr 2021. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>.

Carvalho, Laura Martins de. Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.6.2021.tde-14042021-095021. Acesso em: 2024-01-17.

Cançado, Wellington. O que diriam as árvores? PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 118-125, 2017.

Cidade de São Paulo. Bloomberg Philanthropies. Sampa+rural. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 30 set 2023.

Curan, Roberta Moraes. Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica: um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP. Dissertação (Mestrado) USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, 2020. 108 p.

Ingold, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 404–411, 2016. DOI: 10.15448/1981-2582.2016.3.21690. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Instituto Pólis. Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades. Combate Racismo Ambiental. 09/08/2022b. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/08/09/racismo-ambiental-e-justica-socioambiental-nas-cidades/>. Acesso em

De la Cadena, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. Maloca. Revista de Estudos Indígenas, v. 2, p. 1–37, 2019.

Ferdinand, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

Giatti, Leandro Luiz & Maksud, Ivia. O Antropoceno, a crise ambiental e as desigualdades no acesso a serviços e políticas de saúde. Saúde e Sociedade [online]. v. 32, n. 2 [Access 22 jul 2023] , e230329pt. Available on: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230329pt> <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230329en>>. ISSN 1984-0470.

Jesus, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental.11 Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).. Saúde e Sociedade [online]. Maio, 2020, v. 29, n. 2, e180519. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>. Acesso em 27 set 2022.

Justo, M. G. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. REVISTA NERA, [S. l.], n. 55, p. 218–242, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i55.6671. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6671>. Acesso em: 5 jan 2024.

Krenak, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Krenak, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Motter, Ariella Kely Besing; Araujo Junior, Miguel Etinger de. Segurança vs Soberania Alimentar: interfaces entre a proteção ambiental e o direito à alimentação no mundo globalizado. In: Direito ambiental e socioambientalismo II [Recurso eletrônico on-line] organização. Norma Sueli Padilha; José Fernando Vidal De Souza (coord). Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Oliveira, T. B.; Freitas, J. S. G. "Esse é o pensamento de um homem capitalista. Meu povo não precisa desse tipo de desenvolvimento": articulação do racismo ambiental sobre o

povo Yanomami no contexto pandêmico. *Vukápanavo: revista Terena*, Mato Grosso do Sul, n. 3, p. 167-181, out.-nov. 2020.

Olivar et al. *Cosmopolíticas do Cuidado no fim-do-mundo: gênero, fronteiras e agenciamentos pluriepistemológicos com a saúde pública*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Proposta selecionada nº 2021/06897-9 pelo edital Jovem Pesquisador - Fase 2, 2022.

Puig de la Bellacasa, Maria. *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2017.

Puig de la Bellacasa, Maria. (Notas e tradução por Ana Gretel Echazú Böschemeier, Cíntia Engel, Lucrecia Raquel Greco, e Helena Fietz). “O Pensamento Disruptivo Do Cuidado”. *Anuário Antropológico* 48 (1):108-33, 2023. <https://doi.org/10.4000/aa.10539>.

Rego, Marina Chaves de Macedo. *Paulistanidade e racialização - o caso nordestino*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi: 10.11606/D.8.2019.tde-25022019-121511. Acesso em 22 jul 2023.

Rigote, G., Bueno, A. X., & Akerman, M. *Cozinhando mudanças: o ato de cozinhar como ferramenta de enfrentamento aos desafios do Antropoceno*. *Saúde e Sociedade*, 32(2), 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PSrhzBNVTfkSwhsRynGVRXd/abstract/?lang=en#>.

Acesso em 14 jul 2023.

Silva-Fulniô, Givanildo Manoel da. *Um dia de 520 anos: invasão, etnocídio, ecocídio, epistemicídio*. *Combate Racismo Ambiental*, 30/12/2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/12/30/um-dia-de-520-anos-invasao-etnocidio-ecocidio-epistemicidio/>. Acesso em 20 dez 2023.

Silva, L.C.R., Corrêa, R.S., Wright, J.L. et al. *A new hypothesis for the origin of Amazonian Dark Earths*. *Nat Commun* 12, 127 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41467-020-20184-2>.

Sousa, Cintia Nayara Ribeiro de; Ribeiro, Tânia Guimarães. *Socioambientalismo de base popular na Amazônia: um movimento protagonizado pelos pobres*. Paper do NAEA 2022, Volume 31, Nº 1 (Edição 539) ISSN 15169111. Disponível em: [periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/12976/9008](http://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/12976/9008)

Tsing, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284p.



Yagüe B. Hacer “comestible” la ciudad. Las redes como estrategias alimentarias de los indígenas urbanos de Leticia, Amazonia colombiana. *Revista Colombiana de Antropología*, [S. l.], v. 50, n. 2, p. 141–166, 2014. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/252>. Acesso em 10 jan 2024.